



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 060, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023

Ao Exmo. Senhor
Vereador JERRI MORAES
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Senhores Vereadores!

Como é do conhecimento dessa casa legislativa, o piso nacional da enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, e parteiras, foi definido pela Lei 14.434, de 04 de agosto de 2022, e compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o seu cumprimento conforme Emenda Constitucional nº 127/2022.

Quando da entrada em vigor da Lei, iniciou a tramitação de Ação Direta de Inconstitucionalidade tombada sob o nº 7.222 junto ao STF. Em medida liminar, os efeitos da Lei foram suspensos, ainda no ano de 2022.

Em 03 de julho de 2023, entretanto, ainda que pendente de publicação o Acórdão, a liminar foi modificada, conforme ata de julgamento disponibilizado no site do STF, para determinar que no momento em que a União realizasse o pagamento, com a finalidade de dar suporte financeiro aos Municípios, para que esses pudessem realizar o repasse, os valores deveriam ser complementados aos profissionais destinatários da legislação federal.

Assim, com base na decisão, no último dia 21 de agosto, a União, por meio do Fundo Nacional de Saúde, realizou repasse financeiro aos municípios, para complementação, com base nas informações preenchidas no sistema InvestSUS pelos Municípios. Ademais, de acordo com a decisão do STF, o valor definido em sede de Lei Federal deverá ser complementado com recursos provenientes da União, não sendo responsabilidade dos Municípios fixarem aquele piso escolhido pelo Ente Nacional.

O cálculo individualizado para cada servidor, com base nas decisões judiciais proferidas até o presente momento, considerou-se, o conceito legal previsto na Lei Federal nº 8.112/90, adotando-se a exclusão das parcelas remuneratórias pessoais de cada servidor.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Ainda com base nas decisões, os pisos dos profissionais foram considerados para o labor de 44 horas semanais ou 220 mensais, portanto, o valor devido a cada servidor deverá ser calculado de acordo com a sua jornada de trabalho.

Nesse sentido, o valor repassado pela União para complementação dos valores de remuneração dos profissionais destinatários da Lei 14.434/2022, deve ser repassado na forma de complementação e exclusivamente com base e nos limites dos repasses de responsabilidade do Ente União.

Para tanto, deve o Município estar autorizado por Lei Municipal, a fim de que se possa adotar as providências necessárias ao repasse do valor destinado pela União aos profissionais já citados.

Isto posto, o Poder Executivo elaborou o incluso Projeto de Lei, que ora passa às mãos de Vossa Excelência e Excelentíssimos Pares, o qual aguardamos a tramitação, com seu debate e, ao final, aprovação pelos Excelentíssimos Edis.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 13 de setembro de 2023.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 060, de 13 de setembro de 2023

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR OS RECURSOS PROVENIENTES DA UNIÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.”

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os recursos provenientes da União, a título de assistência financeira complementar, aos servidores profissionais da enfermagem, para complementação de suas remunerações.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei são profissionais da enfermagem:

- I – enfermeiros;
- II – técnicos de enfermagem; e
- III – auxiliares de enfermagem.

Art. 2º. O repasse dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde, como parcela autônoma mensal, para a finalidade específica de complementação da remuneração, conforme prevista no artigo antecedente, visa dar atendimento ao que está previsto na Emenda Constitucional 127/2022, na Lei Federal nº 7.498/1986, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.434/2022, cuja responsabilidade de pagamento pertence à União.

§ 1º. A parcela complementar autônoma mensal, de qua trata o caput, não altera o valor do vencimento e do salário dos cargos, bem como não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem.

§ 2º. Os valores de complementação repassados a cada servidor será exatamente o mesmo destinado pela União por meio do Fundo Nacional de Saúde, e retroativo, a contar da competência de maio de 2023.

§ 3º. A identificação dos servidores que fazem jus à parcela complementar autônoma mensal, assim como a definição do seu valor, em relação a cada servidor, dar-se-á com base na Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2022, ou outra que vier a substituir, considerando ainda os dados do InvestSUS.

§ 4º. Não sendo possível a identificação do valor repassado a cada profissional pelo Fundo Nacional de Saúde, o repasse ficará suspenso até que seja disponibilizada as informações corretas para sua realização.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a aditar os contratos de pactuação que possui com instituições filantrópicas que atendam no mínimo 60% de pacientes do SUS para repassar os valores recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde, a título de assistência financeira complementar, para complementação do salário dos funcionários das categorias abrangidas por esta Lei.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

§ 1º. A parcela complementar autônoma mensal, de qua trata o caput, não altera o valor do vencimento e do salário dos cargos, bem como não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem.

§ 2º. Os valores de complementação repassados a cada empregado será exatamente o mesmo destinado pela União por meio Fundo Nacional de Saúde, e retroativo, a contar da competência de maio de 2023.

§ 3º. A identificação dos empregados que fazem jus à parcela complementar autônoma mensal, assim como a definição do seu valor, em relação a cada empregado, dar-se-à com base na Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2022 ou outra que vier a substituir, considerando ainda os dados do InvestSUS.

§ 4º. Não sendo possível a identificação do valor repassado a cada profissional pelo Fundo Nacional de Saúde, o repasse ficará suspenso até que seja disponibilizada as informações corretas para sua realização.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde, recebidas na forma da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 13 de setembro de 2023.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.